



O Plano de Governo de Alexandre Kalil - Paulo Lamac e a ideologia de gênero

Uma análise



Breve informe analítico realizado pela Rede Estadual de Ação pela Família sobre a presença da agenda ideológica de gênero no plano de governo da chapa para a prefeitura de Belo Horizonte integrada por Alexandre Kalil e Paulo Lamac.

Documento público. Baixe o versão digital no <https://is.gd/igkalillamac>

Qualquer sugestão, crítica ou comentário pode ser enviado ao endereço eletrônico: redes.estadual.mg@gmail.com

Índice

- [05] A “perspectiva de gênero” no Plano de Governo Kalil-Lamac
- [06] Uma palavra sobre a “perspectiva de gênero”
- [08] O “gênero” num eventual governo Kalil-Lamac
- [13] Agravante 1: Kalil, o nome social e o PME
- [15] Agravante 2: Paulo Lamac e o PEE
- [17] Agravante 3: Gabriel Azevedo e o polo de “turismo sexual”
- [18] Agravante 4: Iran Barbosa - o candidato do lobby LGBT
- [18] Conclusão

O propósito deste breve informe é apresentar ao eleitor alguns dados que dizem respeito à presença da “perspectiva de gênero”, também chamada “ideologia de gênero”, no Plano de Governo de Alexandre Kalil e Paulo Lamac, candidatos para prefeito e vice-prefeito de Belo Horizonte, respectivamente.

Não trazemos aqui boatos, nem suposições, mas fatos. Consideramos que, apresentar informações objetivas, não desqualifica a honra dos candidatos, que merecem nosso respeito. Não estamos colocando em questão a pessoa dos candidatos e, menos, julgando suas intenções.

Recolhemos e apresentamos neste documento informações que consideramos relevantes para o eleitor que se importa com a integridade da instituição familiar e se preocupa com o avanço da agenda ideológica de gênero.

Não se trata de uma questão menor a ser considerada quando discernimos em quem votar, toda vez que, de acordo com nosso ordenamento jurídico, é obrigação do Estado - e portanto, de todos os agentes públicos - garantir “especial proteção” à família. Veja o artigo 226 da Constituição que reconhece a família como “base da sociedade”.

A perspectiva de gênero no Plano de Governo Kalil-Lamac

O documento *Trabalhar para BH Funcionar* é o plano de governo de Alexandre Kalil e Paulo Lamac, candidatos da coligação do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e da Rede Sustentabilidade (REDE) para prefeito e vice-prefeito de Belo Horizonte.

Tal documento foi registrado, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, e apresentado, em sua versão definitiva, durante à tarde do último sábado, 22 de outubro.

No texto constatamos a inserção da perspectiva ideológica de gênero em dois capítulos - Educação e Sustentabilidade, Minorias e Cidadania - e julgamos que está materializada em 5 compromissos.

Na página grafada com o número 29, determina, como **compromisso para a área de educação, “falar mais sobre sexualidade e gênero” nas escolas.**

Na página 100 estabelece como **compromisso na área de sustentabilidade, minorias e cidadania desenvolver “políticas**

públicas específicas em prol das mulheres negras, com deficiência, idosas e **lésbicas**".

Na página 103 traz **um apartado específico relativo à "comunidade LGBT"** no qual os candidatos se comprometem a **elaborar um "Plano Municipal de políticas públicas de combate ao preconceito e discriminação** em relação à orientação sexual e **identidade de gênero**".

E na página 104 se comprometem a "investir na **capacitação dos profissionais da saúde e da psicologia para lidar** com o atendimento e a orientação de travestis e **transexuais**".

Assim com também a criar projetos culturais "que **promovam debates e conscientizem às comunidades locais sobre temas ligados à igualdade de gênero** e questões LGBT".

Os termos "gênero", "identidade de gênero", "igualdade de gênero", "transexual" usados no plano de governo Kalil - Lamac têm significados precisos na denominada teoria de gênero (*gender theory*) e sob essa perspectiva é que serão interpretados e aplicados nas políticas públicas propostas pela chapa.

Uma palavra sobre a "perspectiva de gênero"

Para a teoria de gênero (*gender theory*), a palavra 'gênero' não denomina, como normalmente se pensa, o sexo da pessoa. Para entender apropriadamente o que seja "gênero" devemos recorrer a seus teóricos.

Uma de suas mais destacadas expoentes, Judith Butler, professora do Departamento de Retórica e Literatura Comparada na Universidade de Berkeley, em seu livro *Gender trouble: feminism and subversion of identity* (1990), afirma:

“O gênero é uma construção cultural; por conseguinte, não é nem resultado casual do sexo nem é tão aparentemente fixo como o sexo [...]. Teorizando que o gênero é uma construção radicalmente independente do sexo, o próprio gênero torna-se um artifício livre de vínculos; conseqüentemente, homem e masculino poderão ser referidos tanto a um corpo feminino como a um masculino; mulher e feminino, seja a um corpo masculino, seja a um feminino”.

Como pode ser visto, a “teoria de gênero” (IG) dissocia três elementos constitutivos da sexualidade humana: o aspecto biológico (para a IG “sexo biológico”), identidade sexual (ou, para a IG, “identidade de gênero”), afetividade (para a IG, orientação sexual). O que é um fenômeno integrado e harmônico - a sexualidade humana - se apresenta como uma realidade desagregada - artificialmente - negando a natural vinculação dos elementos constitutivos da sexualidade humana. Por isso, consideramos que se trata de uma perspectiva ideológica.

Ainda, para Butler o “gênero” da pessoa é *performativo*, ou seja, é determinado pelo que a pessoa faz, por isso não é fixo. Para ela, normalmente nós agimos como se “ser homem ou ser mulher fora uma realidade interna, algo que é uma verdade sobre nós, um fato sobre nós [...], mas dizer que o

gênero é *performativo* é dizer que ninguém pertence a um gênero desde sempre". É nossa praxis que nos define.

As consequências são muito graves, pois dilui a própria base do desenvolvimento da identidade das pessoas e leva à consequente desconstrução da união conjugal, do matrimônio e da família como instituição básica e elemento fundante do tecido social.

O "gênero" num eventual governo Kalil-Lamac

Se consideramos o que está escrito no plano de governo *Trabalhar para BH Funcionar* podemos esperar que, em um eventual governo Kalil - Lamac, será incentivado **"falar mais sobre sexualidade e gênero"** nas escolas da cidade, especialmente nas escolas administradas pela prefeitura.

É importante lembrar que a maior parte **das escolas atendidas pela rede municipal são de educação infantil e educação fundamental** que atingem crianças de 0 a 14 anos. O Censo Escolar 2000 - 2014, do Sistema de Gestão Escolar da Secretaria Municipal de Educação, aponta que 89 % das matrículas atendidas pelo município são de educação infantil e fundamental.

Traduzindo, no seu plano de governo, os senhores Alexandre Kalil e Paulo Lamac **se comprometem a "falar mais sobre sexualidade e gênero" para as crianças** atendidas pela rede municipal. Fazer isso sem autorização explícita dos pais é uma grave violação aos direitos dos progenitores, da criança e um

abuso flagrante por parte da escola, extrapolando sua competência.

O quadro se agrava se consideramos que a Lei 16/16, que aprova o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte, determina, em seu artigo 2º, que “a promoção da cidadania e dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade não poderá se sobrepor ao direito dos pais à formação moral de seus filhos, nem interferir nos princípios e valores adotados no ambiente familiar, conforme assegurado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, pelo Código Civil Brasileiro e pela Constituição Federal de 1988”.

É importante salientar que o motivo que Kalil - Lamac argumentam para levar à sala de aula os temas de “sexualidade e gênero” é garantir “respeito às mulheres” e evitar a violência de “gênero”. O propósito é, sem dúvida, louvável; mas na realidade, em locais onde políticas públicas que impunham a perspectiva de gênero foram aplicadas, os resultados foram desastrosos.

A Agência dos Direitos Fundamentais (FRA), uma instituição da União Europeia, realizou em 2014 uma pesquisa nos 28 países da União Europeia acerca da violência contra mulheres (inclui violência doméstica, violência sexual ou assédio sexual). Foram mais de 42 mil entrevistas.

Os resultados apontam que uma em cada dez mulheres já experimentou alguma forma de violência sexual a partir dos 15 anos de idade, uma em cada 20 já foi violada, uma em cada 5 já sofreu violência física e ou sexual do seu parceiro ou de parceiros anteriores, e uma em cada 10 indicou ter

experimentando alguma forma de violência sexual por parte de um adulto ainda antes dos 15 anos de idade.

Eis os cinco países onde são praticados maiores atos de violência sobre as mulheres: 1. Holanda, 2. Suécia, 3. Finlândia, 4. Dinamarca, 5. Reino Unido.

Em todos esses países, desde há mais de 30 anos, se aplica de forma sistemática a perspectiva de gênero em todos os níveis do sistema educativo e contam com políticas públicas de “gênero” consolidadas.

Inserir a perspectiva ideológica de gênero sob pretexto de reduzir a violência contra as mulheres, não se sustenta. Na América Latina, Uruguai, um dos países nos quais a ‘perspectiva de gênero’ se institucionalizou no sistema educativo há quase duas décadas, é líder no ranking regional da violência de gênero, segundo dados de 2015 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Quanto aos itens **‘desenvolver políticas públicas específicas em prol das mulheres lésbicas’** e **‘capacitar profissionais para lidar com o atendimento e a orientação de transexuais’**, parecem apontar a uma abordagem que extrapola a obrigação constitucional de garantir direitos legítimos e impõe uma visão ideológica.

No âmbito dos teóricos da ideologia de gênero, se cunhou o termo “transexual” que identifica a uma pessoa que sendo homem se considera assim mesmo mulher, e se autodefine como “mulher trans”; ou que sendo mulher se considera assim mesmo homem, e se autodefine como “homem trans”.

A aceitação e a implementação social desse conceito, como por exemplo através do nome social, representa uma das formas mais claras de materialização da ideologia de gênero, aceita muitas vezes, não por concordar, mas por falso respeito humano.

Por mais que uma mulher que se identifica como “*homem trans*” queira ser tratada em todos os aspectos como homem, chegará um momento que deva ser atendida por uma ginecologista. É absurdo que esse profissional da saúde seja obrigado a chamar seu paciente como homem e a tratá-lo como homem. É uma mulher e precisa uma atenção orientada à saúde da mulher. A natureza é assim.

Por outra parte, gerar políticas públicas específicas para mulheres lésbicas é uma prática habitual dos governos que assumem uma postura pró-agenda de gênero, ferindo o princípio constitucional de isonomia e correndo grandes riscos de piorar o quadro.

Um relatório descritivo denominado *Transexualidades e Saúde Pública em Brasil*, elaborado pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania mostram que 85,7% dos participantes no estudo (29 pessoas) já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato.

Poderia pensar-se que a resposta a essa grave situação é uma abordagem de “gênero” que ajudará ao “transsexual” a viver em paz. Infelizmente estudos realizados nos Estados Unidos,

onde essa abordagem é sistemática e amplamente aplicada desde há décadas, nos dizem o contrário.

Um abrangente estudo publicado este ano pela revista científica *The New Atlantis* apontam no sentido oposto, a taxa de suicídios se consolida perigosamente entre aqueles que são orientados a “completar” sua transição de gênero. A pesquisa é assinada pelo Dr. Lawrence S. Mayer, bioestatístico e epidemiologista, e Dr. Paul R. McHugh, professor emérito, no Departamento de Psiquiatria da John Hopkins University School of Medicine.

Para garantir os legítimos direitos de lesbianas, travestis e transexuais, e para que sejam tratados com respeito pelos agentes públicos não é necessário impor à população uma ideologia.

Finalmente, se um eventual governo Kalil - Lamac desenvolve - como anunciado - um **“plano municipal de políticas públicas de combate ao preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e identidade de gênero”**, podemos estar seguros que toda a agenda ideológico-política de gênero será articulada para todas as áreas de responsabilidade da prefeitura, como em nenhuma administração anterior.

Está anunciado também que promoverão **“debates que conscientizem as comunidades locais sobre temas ligados à igualdade de gênero e questões LGBT”**, especialmente as mais carentes e marginalizadas.

Isso é colocar à disposição de uma agenda ideológico-política, que não tem respaldo da maior parte da população da cidade, recursos públicos que deveriam ser locados a áreas prioritárias.

Consideramos que a abordagem adequada seria articular políticas públicas de combate eficaz contra qualquer forma de exclusão social ou discriminação por sexo, raça, etnia, deficiência física e cognitiva, religião, ou condição socioeconômica, atendendo todos os segmentos em suas justas reivindicações e garantindo sempre o princípio de isonomia.

Agravante 1: Kalil, o nome social e o PME

Recentemente, o candidato Kalil gravou alguns *spots* nos quais afirma ser mentira que defende a ideologia de gênero porque, argumenta, ele é contrário ao banheiro unissex. Para ser contrário à ideologia de gênero não é suficiente ser contra o banheiro unissex.

Num encontro de Alexandre Kalil e Paulo Lamac com representantes da área da Educação, no dia 22 de setembro, a Rede Estadual de Ação pela Família questionou diretamente ao candidato Kalil sobre alguns posicionamentos relativos à ideologia de gênero.

Ele respondeu que, em um eventual governo seu, **haverá nome social, em todas as áreas e também na educação**, “pois se João quer se chamar Maria, que seja então chamado de Maria, porque eu sou contra a discriminação”, disse. É

importante lembrar que, como já dito antes, as escolas que atendem o município são, em sua enorme maioria, voltadas a crianças de educação infantil e ensino fundamental.

Já foi colocado antes que o “nome social” é um instrumento político que afirma socialmente os conceitos da ideologia de gênero. Quem é contra o nome social não pode ser chamado de preconceituoso ou intolerante. Só se nega a aceitar uma ficção como se fosse realidade. Pensamos que o verdadeiro preconceito e a intolerância se combatem educando no respeito e valorizando a pessoa humana.

Kalil foi questionado também se levaria à frente o compromisso registrado no seu plano de governo de **“falar mais sobre sexualidade e gênero” nas escolas**, uma vez que, o artigo 2º da lei 16/16 que institui o PME de Belo Horizonte garante que a “promoção da diversidade não poderá se sobrepor ao direito dos pais à formação moral de seus filhos”.

Ele respondeu que, para garantir o respeito a quem é diferente, **trataria de assuntos “gênero”, sim, e que, para isso, escutaria a uma “comissão de especialistas”**. Ou seja, ao parecer, a lei não será respeitada.

Para piorar, já existe, na Secretaria Municipal de Educação, um grupo de “especialistas” sobre este tema no Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. O resultado dos trabalhos desse núcleo é uma série de diretrizes para implementar a perspectiva ideológica de gênero na Rede Municipal, a sistemática doutrinação dos professores, além de algumas

“intervenções pedagógicas” que terminaram no “banheiro unissex” na UMEI Santa Branca no ano passado.

Agravante 2: Paulo Lamac e o PEE

Na página web da campanha de Kalil, na qual se defende das críticas de seus adversários, há um apartado referido à ideologia de gênero. Nele se lê: “estão dizendo que houve um acordo meu com Paulo Lamac para que só tivesse banheiros unissex em escolas públicas. É mentira, Paulo trabalha com educação há mais de 20 anos, fundou várias escolas e dirigiu o Pre-UFMG por 10 anos [...] o que marcou a história de Paulo foi ajudar mais de 15 mil jovens de escola pública a ingressar na UFMG, reafirmamos aqui nosso respeito às diferenças e a luta contra qualquer intolerância e preconceito”.

Efetivamente, nós não acreditamos que houve “um acordo” com Paulo Lamac para que só tivesse banheiros unissex em escolas públicas. É ridículo. Alianças políticas não se fazem assim.

Conhecemos o deputado Lamac, vice-prefeito na chapa de Kalil, reconhecemos que é um homem de trato agradável, afável, articulado e de fácil acesso. Mas também temos visto e sofrido com suas ações em relação aos temas de “gênero” na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Por um lado, publicamente - e especialmente diante de setores religiosos - afirma ser pro-família, por outro lado, na sua atuação como presidente da Comissão de Educação da

ALMG **tem colaborado amplamente** com as organizações LGBT, com os sindicatos de professores e com a Secretaria de Educação do Estado **para inserir a “perspectiva de gênero” no Plano Estadual de Educação (PEE)**. Prova disso foi sua atuação no Fórum Técnico do PEE realizado em junho deste ano, no qual o regimento interno do evento não foi devidamente atendido, limitando a atuação dos pais de família e grupos pró-família presentes no evento.

Especialmente grave foi a violação - em sua presença e com sua anuência - do artigo 15, parágrafos 3 e 6, que possibilitaram a reelaboração total da meta 22, no final do segundo dia de trabalhos, e sua inserção no documento final.

Essa meta estabelece a criação e a implementação de um “programa educacional de combate às discriminações motivadas por preconceito de orientação sexual, identidade de gênero, machismo, racismo, lgbtfobia”, assegurando e incentivando “a discussão das questões de gênero” em todos os níveis de educação, em consonância com a Conferência Estadual LGBT de Minas Gerais.

Também possibilitou que fosse integrado no documento final uma moção – que no devido momento não contava com as assinaturas necessárias para tal propósito - moção que acusou quem se posicionou se contrapondo à perspectiva ideológica de gênero de “sexista, homofóbico, racista e de incitar ao ódio”, nossas posturas foram definidas como “discriminatórias e criminosas”. Ora, as gravações de todas nossas falas e atitudes estão no poder da ALMG. Nelas pode-se constatar o respeito com o qual defendemos democraticamente nossas posições.

A abertura do deputado Lamac para a agenda de gênero não é nova. **Ele é autor do projeto de lei 166/2015** que pretende impor uma “política de diversidade nas instituições de ensino do Estado”.

No artigo 1, ele entende por diversidade também as características de “gênero” ou aqueles grupos e pessoas que “se diferenciarem de padrões e estereótipos adotados como predominantes”. Na justificativa afirma que “faz-se necessário estabelecer parâmetros para que questões como a das relações raciais e de gênero, bem como a do respeito à livre orientação sexual e à identidade de gênero, sejam tratadas sem preconceito”.

Também, com total falta de espírito democrático, realizou em abril deste ano uma **audiência pública para debater** o tema “Desafios da diversidade - **transexualidade e homossexualidade no ambiente escolar**”. A mesa de exponents **só esteve integrada por pessoas com uma abordagem favorável à teoria de gênero**. Nenhuma pessoa com opinião divergente para estabelecer o contraditório. Nada de debate sério. Tal audiência foi realizada enquanto se desenvolviam os fóruns regionais para discussão do PEE.

Agravante 3: Gabriel Azevedo e o polo de “turismo sexual”

Um dos coordenadores de campanha de Alexandre Kalil, é o vereador eleito pelo PHS, Alexandre Azevedo. O jovem político defende também a “perspectiva de gênero” e uma

agenda “progressista” que pretende, entre outras coisas **gerar na zona de prostituição localizada na Rua Guaicurus, no centro da cidade, um polo de desenvolvimento econômico e cultural**. Podemos traduzir, trata-se de **“turismo sexual”**.

Sua postagem nas redes sociais tratando do assunto diz: “essas são putas! E gostam de serem chamadas assim [...] A zona não pode ficar como está. Eu conheço Amsterdã. O ‘Red Light District’ é um dos pontos turísticos mais conhecidos do mundo. Agrega valor e cultura a cidade. [...] Esse local precisa ser iluminado, reformado e repensado. Pode virar algo que dá mais alma a nossa cidade. Eu parablenizo essas mulheres por não terem vergonha de serem quem são”.

Agravante 4: Iran Barbosa - o candidato do lobby LGBT

O deputado estadual Iran Barbosa, do PMDB, é outro dos coordenadores políticos da campanha de Kalil - Lamac, é defensor da agenda de gênero na ALMG.

Ele foi, junto com Durval Angelo, do PT, **um dos nove candidatos para deputado estadual indicados na eleição de 2014 pela plataforma VotaLGBT**, para quem “todo ato LGBT é um ato político”.

Conclusão

Depois de uma atenta leitura e análise dos compromissos apresentados no documento *Trabalhar para BH Funcionar*, plano de governo de Alexandre Kalil e Paulo Lamac,

candidatos da coligação do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e da Rede Sustentabilidade (REDE) para prefeito e vice-prefeito de Belo Horizonte, chegamos à conclusão de que **assumem uma abordagem do tema da diversidade e a igualdade sob a perspectiva ideológica de gênero**.

Consideramos **especialmente graves dois compromissos anunciados**: “falar mais sobre sexualidade e gênero” e criar um “plano municipal de políticas públicas de combate ao preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e identidade de gênero”.

O **termo “gênero”**, como foi explicado, **tem uma definição precisa** cuja inserção nas políticas públicas traz graves consequências, pois **dilui a própria base do desenvolvimento da identidade** das pessoas e leva à consequente **desconstrução do matrimônio e da família** como instituição básica e elemento fundante do tecido social.

Como se não bastasse, o quadro ainda se agrava pelo posicionamento pessoal do candidato Kalil, da atuação do deputado Lamac no PEE e pela assessoria política do vereador eleito, Gabriel Azevedo, e o deputado estadual, Iran Barbosa, defensores da agenda de gênero.

Parece-nos que o eleitor que defende e deseja a preservação e a promoção da instituição familiar e se preocupa com a inserção da ideologia de gênero em nossa sociedade e, principalmente, em nossas escolas, deve estar devidamente informado desses fatos para poder discernir melhor seu voto. Você é um desses eleitores!



*O **Colegiado da Rede Estadual de Ação pela Família** é uma plataforma cidadã, independente e apartidista para a promoção e defesa da família em Minas Gerais.*

Visite www.votopelafamilia.com

Contato: reda.estadual.mg@gmail.com